

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN TEACHER TRAINING AND PRACTICE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

RELACIONES ÉTNICO-RACIALES EN LA FORMACIÓN Y PRÁCTICA DOCENTE DE LA EDUCACIÓN INFANTIL: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES

Julia de Freitas Vieira¹
Crisbelli Djamilli Domingos²

Resumo

As temáticas em torno do racismo, discriminação e preconceito persistem como questões latentes no cotidiano, abrangendo o ambiente escolar e a sociedade como um todo. Sob a premissa de que não se deve eximir da responsabilidade enquanto educador no processo formativo dos educandos, torna-se imprescindível refletir sobre as práticas em relação a esses temas, tendo em vista que, desde a educação infantil, experienciam-se relatos e vivências que corroboram a perpetuação de representações negativas em relação a grupos sociais, historicamente, excluídos do processo de garantia dos direitos básicos por questões étnico-raciais. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se fundamenta em uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, explorando os desafios e as possibilidades associadas à formação e prática docente no fomento de uma educação antirracista no âmbito da educação infantil. Na primeira parte desse artigo, destacam-se os principais desafios, abordando o silenciamento diante de práticas discriminatórias e preconceituosas, a falta de preparo do corpo docente e a persistência de representações negativas em relação aos grupos sociais mencionados. Na segunda parte, valendo-se de estudos recentes, são apontados avanços e possibilidades pedagógicas para promover uma educação antirracista desde a educação infantil. Por fim, o objetivo primordial desse estudo é estimular a contínua reflexão sobre as práticas docentes e as suas repercussões, tanto no âmbito da formação biopsicossocial de alunos e alunas quanto em sua contribuição para a construção de uma sociedade antirracista.

Palavras-chave: educação infantil; formação docente; práticas antirracistas; relações étnico-raciais.

Abstract

The issues revolving around racism, discrimination and prejudice persist dormant in daily life, encompassing the school environment and society. Under the premise that one should not evade one's responsibility as an educator in the formative process of students, it is essential to reflect on practices related to these issues, considering that, from elementary education, there are reports and experiences that corroborate the perpetuation of negative representations related to social groups historically excluded from the process of guaranteeing fundamental rights because of ethnic-racial issues. From a methodological point of view, the research is based in a qualitative bibliographical nature, exploring the challenges and opportunities associated with the training and practice of promoting an anti-racist education on the context of primary school. In the first part of this paper, the main challenges are highlighted, approaching the silence before discriminatory and prejudicial practices, the lack of training of the teaching staff and the persistence of negative representations related to the mentioned social groups. In the second part, considering recent studies, this research points out pedagogical advances and possibilities to promote anti-racist education starting from primary school. The main objective of this study is to stimulate a continuous reflection on teaching practices and their impact, both on the biopsychosocial formation of students and on their contribution to the construction of an anti-racist society.

¹ Mestranda em Filosofia e licenciada em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pedagoga pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Professora de História da rede municipal de São Paulo. E-mail: vieira.julia@unifesp.br

² Coordenadora da área de Línguas e Sociedade, Doutora em Estudos Linguísticos, docente do Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: crisbelli.d@uninter.com

Keywords: elementary school; teacher training; antiracist practices; ethnic-racial relations.

Resumen

Las temáticas sobre el racismo, la discriminación y el prejuicio persisten como cuestiones latentes en la vida cotidiana, abarcando el entorno escolar y la sociedad en su conjunto. Bajo la premisa de que no se debe eximirse de la responsabilidad como educador en el proceso formativo de los educandos, se hace imprescindible reflexionar sobre las prácticas en lo que se refiere a esos temas, teniendo en cuenta que, desde la educación infantil, hay relatos y vivencias que corroboran la perpetuación de representaciones negativas con relación a grupos sociales, históricamente, excluidos del proceso de garantía de los derechos básicos por cuestiones étnico-raciales. Desde el punto de vista metodológico, la investigación se basa en un enfoque cualitativo de naturaleza bibliográfica, explorando los desafíos y las posibilidades asociadas a la formación y práctica docente en el fomento de una educación antirracista en el ámbito de la educación infantil. En la primera parte de ese artículo, se destacan los principales desafíos, desarrollando el silencio ante prácticas discriminatorias y prejuiciosas, la falta de preparación de los docentes y la persistencia de representaciones negativas respecto a los grupos sociales mencionados. En la segunda parte, utilizando estudios recientes, se señalan avances y posibilidades pedagógicas para promover una educación antirracista desde la educación infantil. Por último, el objetivo primordial de ese estudio es estimular la continua reflexión sobre las prácticas docentes y sus repercusiones, tanto en el ámbito de la formación biopsicosocial de alumnos como en su contribución a la construcción de una sociedad antirracista.

Palabras clave: educación infantil; formación docente; prácticas antirracistas; relaciones étnico-raciales.

1 Introdução

Descolonizar o pensamento, trabalhar com a diversidade humana e pensar em práticas docentes de fato liberadoras, requer repensar um dos âmbitos sociais mais importantes da vida humana enquanto seres sociais, a saber, a escola. Se por pelo menos duas décadas da vida frequenta-se um espaço que visa a educação integral — desde os cuidados básicos ao caráter cidadão e crítico que vai se construindo enquanto sujeito pleno e formado —, as questões em torno da nossa história, política e sociedade não devem e nem estão, fora dele.

Segundo Alves, Barbosa e Ribeiro (2016), a infância é uma categoria geracional, caracterizada não somente pela dimensão biológica do ser humano, mas também por parte de um imaginário e uma formação socialmente construída. Por isso, apesar de tratar de um desenvolvimento humano aparentemente universal, a infância é marcada por categorias que diferenciam as experiências dos indivíduos pelas suas interseccionalidades, como gênero e classe social, bem como pelas expectativas e relações que essas diferenciações trazem na vida concreta dessas crianças. No que concerne a etapa da educação infantil, na concepção das autoras citadas, é um *locus* privilegiado de formação multifacetada, ou seja, consiste na integração ativa e criativa com a vida social, com o conhecimento técnico, científico e artístico, indissociável do desenvolvimento biopsicossocial da criança.

Ao dispor da prerrogativa de que não se considerar qualquer tipo de injustiça, opressão e desigualdade, como dados que devem ser reiterados na educação infantil e na sociedade brasileira, deve-se encaminhar a formação para uma postura antirracista. Na educação infantil pode-se construir os primeiros passos para a formação da identidade e dos princípios educativos

da criança, enquanto sujeito de direito, que algum dia se tornará adulto e cidadão. Desse modo, os esforços de transformação social vêm de longe e têm como pedra de toque e ponto de partida essa etapa fundamental do desenvolvimento humano.

Ainda que a Lei n.º 10.639/03, acerca do ensino, de obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, não se destine especificamente para a educação infantil, considera-se de suma importância a temática, assim como a sua extensão a essa etapa formativa, como um debate a ser posto e trabalhado, tanto na grade curricular do curso de pedagogia quanto nas práticas cotidianas realizadas pelos docentes. Essa lei é parte integrante de um conjunto de políticas de ação afirmativa, advindas das lutas dos movimentos populares e dos movimentos negros na sociedade civil, responsável por reparar as assimetrias históricas e sociais concebidas pela diferença na cor de pele e pela diferença de culturas e crenças durante a formação histórico-social brasileira.

Um dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento presente na Base Comum Curricular vigente é:

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (Brasil, 2018, p. 34).

O âmbito escolar deve permitir esse autorreconhecimento da criança, ao mesmo tempo que cultiva uma relação democrática e respeitosa dentro da alteridade do *eu* e do *outro*, estabelecida em sala de aula. Justamente por essa fase inicial que sai do ponto de partida de reconhecimento dessa criança no mundo, é feita uma pedagogia que privilegia a exposição de uma autoimagem positiva. Ainda que se tenha currículos, leis federais e internacionais de combate ao racismo e os diversos tipos de opressão, há uma ruptura entre as teorias e leis, práticas pedagógicas e sociais desenvolvidas em contexto escolar, haja vista que o indivíduo negro não passa impune pelo processo educativo.

Muitas vezes, o descobrir-se negro advém do primeiro contato com a escola, pois a questão racial nem sempre é um problema ou um conflito no seio familiar. Fanon (2020), elucida isso ao dizer que “(...) o negro não tem consciência disso enquanto sua existência decorrer em meio aos seus; mas, ao primeiro olhar branco, sente o peso da sua melanina” (Fanon, 2020, p. 164). Não necessariamente no seu primeiro contato, mas o peso da sua melanina acaba sendo posto ao indivíduo negro em algum momento da sua trajetória escolar, tanto por parte dos colegas de classe quanto pelos funcionários da instituição. Desse modo, a

educação infantil não permanece isenta da discriminação e do racismo que permeiam a sociedade.

De acordo com Souza (2020), a educação e a escola, desde o pós-abolição, são compreendidas pelas diferentes representações do movimento negro como uma das estratégias para integrar o negro na sociedade e superar os processos de exclusão racial. Diante do processo de ingresso da população negra nas escolas, observou-se que essa instituição social também se configurava como um ambiente de (re)produção de preconceito e de discriminação racial.

No que se refere às relações étnico-raciais na educação infantil, algumas problemáticas são colocadas, como: a falta de representação adequada de diferentes grupos étnico-raciais nos materiais didáticos, livros, brinquedos e atividades, que podem internalizar estereótipos e estigmas em torno de certos grupos sociais; a falta de formação adequada aos docentes que podem não estar preparados para lidar adequadamente com questões de diversidade étnico-racial em sala de aula; a ênfase excessiva na cultura dominante, muitas vezes eurocêntrica, que pode desconsiderar e marginalizar as culturas e histórias de outras etnias, criando assimetrias no processo educacional e perpetuando desigualdades estruturais que afetam grupos étnico-raciais minoritários.

Diante disso, o papel dos docentes nas relações étnico-raciais na educação infantil é crucial para promover uma educação inclusiva, igualitária e livre de preconceitos. Os educadores desempenham um papel fundamental na formação das crianças, não apenas transmitindo conhecimento escolar formal, mas também moldando suas percepções, valores e atitudes em relação à diversidade étnico-racial. Dentre alguns dos papéis que cabe ao grupo docente, diante dos principais desafios apresentados, compete a eles promover a diversidade, incentivar a autoestima positiva aos discentes, oferecer suporte e mediação de conflitos, combater preconceitos e estereótipos, além de buscar formação contínua.

Na iniciativa de realizar uma revisão bibliográfica sobre relações étnico raciais na educação infantil, na perspectiva da formação e prática docente, tem-se a finalidade de trazer os seus principais desafios e possibilidades que pertençam à temática. Dentro dos objetivos específicos da pesquisa será abordado sobre a importância da questão no que diz respeito à formação dos docentes, de utilizar-se da sua posição de autoridade enquanto professor, mediador do processo educativo, para fomentar práticas pedagógicas antirracistas.

2 Principais desafios: as responsabilidades do professor na formação discente infantil

Nas últimas décadas, pesquisas com crianças de zero a cinco anos vêm evidenciando que somente o olhar atento às formas de preconceito e discriminação racial não promovem práticas antirracistas nessa etapa da educação (Cavalleiro, 2000, Dias, 2012, Souza, 2020). A persistência de pedagogias de racialização e do ideal do branqueamento são evidentes na realidade escolar, ocupando uma posição proeminente nas interações entre alunos, bem como entre docentes e alunos. As características físicas, como a cor da pele e o tipo de cabelo, emergem como principais protagonistas do preconceito racial presente nesse contexto. Surpreendentemente, já a partir dos três ou quatro anos de idade, é possível observar que as crianças são capazes de utilizar a diferença racial como um recurso para demonstrar poder, manifestando atitudes discriminatórias baseadas em estereótipos raciais. Os estudos recentes, como o de Souza (2020), apontam que as abordagens em torno das relações étnico-raciais no ensino infantil ainda dependem da iniciativa individual dos docentes, quando, na verdade, deveriam constar e serem trabalhados nos projetos político pedagógicos das escolas e nas próprias matrizes curriculares dos cursos de pedagogia.

Cavalleiro (2000), em sua obra, *Do silêncio do lar ao silêncio da escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*, trouxe três hipóteses acerca da temática em sua pesquisa de campo, afirmando que: os educadores da pré-escola possuem dificuldades em identificar problemas que aparecem entre as crianças que estão diferentemente relacionados às questões étnico-raciais; as crianças, ainda que na pré-escola, já interiorizam ideias preconceituosas em relação a cor de pele; e o silêncio do professor mediante práticas discriminatórias e preconceituosas facilita o desenvolvimento de tais práticas na formação dos seus alunos. “Afirmar que não há racismo na escola engendra uma reflexão acerca das razões para a permanência de um discurso que, antes mesmo de compreender, conhecer, aproximar-se da realidade, nega-a” (Souza, 2020, p. 195).

Nesse sentido, o silêncio do professor mediante práticas discriminatórias e raciais, desde visões e situações trazidas nos próprios livros didáticos sobre práticas cotidianas, compromete o desempenho e o desenvolvimento sadio, especialmente, dos discentes negros, mas também da comunidade escolar, pois, por um lado, dispõe o sujeito negro como vítima e, por outro lado, contribui para o sentimento e práticas que legitimem a suposta superioridade do indivíduo branco. Cavalleiro constata que:

Tem-se a ideia de que não existe racismo, principalmente, por parte dos professores, por isso não se fala dele. Por outro lado, há a vasta experiência dos professores em ocultar suas atitudes e comportamentos preconceituosos, visto que estes constituem uma prática condenável do ponto de vista da educação (Cavalleiro, 2000, p. 33).

Dentro do contexto docente, um dos primeiros desafios encontrados na educação infantil é a tendência de se eximir de abordar o tema do racismo como uma prática que também permeia o ambiente escolar. Essa atitude pode resultar na negligência das questões étnico-raciais, deixando de reconhecer sua relevância e importância no processo educacional. Ao não fazer das questões raciais pautas de discussão, acabam sendo ignoradas e suas implicações não são tratadas com a devida seriedade, o que impede o fomento de práticas e formações que possibilitariam um desenvolvimento saudável, igualitário e integral dos alunos, que poderiam ser efetivamente colocadas em prática. Infelizmente, essa omissão perpetua na manutenção dos preconceitos e na falta de enfrentamento das desigualdades raciais no ambiente escolar. Por outro lado, ao assumir o compromisso de abordar essas questões de maneira consciente e inclusiva, os educadores podem contribuir significativamente para a formação de uma consciência crítica nos alunos.

Uma das camadas que permeiam o silêncio e trazem consequências para a vida adulta é a ausência de livros infantis e cartazes de crianças não-brancas no ambiente escolar e a referência dos docentes em enfatizar a convivência multiétnica em sala de aula. A identidade dessas crianças faz parte do processo de constituição do sujeito, sob o qual o docente do ensino infantil tem responsabilidade no seu desenvolvimento inicial. Nesse sentido, segundo Cavalleiro (2000), esse processo ocorre quando o indivíduo situa o seu corpo em um meio que o reconhece como ser humano e ser social, por isso essa identificação inicial, que constitui o indivíduo, tem como ponto de partida a percepção que temos de nós mesmos e a percepção advinda de como os outros nos veem. A formação da identidade tem por si só já um grande peso de como a construção da personalidade do sujeito vai acontecer no decorrer da sua existência.

A educação infantil é um direito institucionalizado desde 1988, não podendo se esquivar de sua responsabilidade do espaço educador para diferentes existências étnico-raciais no país, já que, inevitavelmente, está ligada à relação desse sujeito com os demais cidadãos. No estudo de Cavalleiro (2000), percebe-se a contradição dos docentes em não reconhecer práticas discriminatórias em seu cotidiano, ainda que confirmem que as crianças já se reconhecem aos quatro anos de idade e que possuem diferentes origens étnico-raciais. Logo, pode-se concluir que as suas relações também são moldadas por elas, devido à trajetória histórica presente na sociedade brasileira, sob a qual ser ou não ser branco traz privilégios e imagens positivas, ou negativas, em torno de sua identidade enquanto sujeito.

As práticas racistas presentes na escola podem ocorrer de muitos modos, mas o que interessa no momento é como essas práticas podem ser legitimadas pelos docentes ao, por

exemplo, serem postas como um problema individual, ou como uma simples brincadeira. Nos estudos de Martins e Marinho (2016), inúmeras práticas podem ser identificadas nessa etapa educativa que fomentam a discriminação e a disseminação de preconceitos, desde apelidos ou comentários pejorativos direcionados às crianças negras até o afastamento, ausência de contato corporal por parte dos docentes com essas crianças, identificadas, muitas vezes, como alunos problemas.

De acordo com Souza (2020), as mentalidades docentes (re)produzem cotidianamente formas de ver crianças, adolescentes, jovens e adultos, orientadas por representações sócio e historicamente construídas em relação à população negra, que produzem e reiteram distanciamentos e desigualdades afetivas desde a educação infantil. Segundo Carneiro (2023), o que está em jogo na educação brasileira é um dispositivo de racialidade destinado a um grupo específico, a saber, a população negra: é ferir de morte o conhecimento e o rebaixamento da capacidade cognitiva desse grupo enquanto indivíduo e coletividade. Nas palavras da autora, o epistemicídio é,

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes (Carneiro, 2023, p. 88-89).

Esse epistemicídio presente em toda trajetória escolar está intrínseco com as estigmatizações que afetam o rendimento escolar, que pré-determinam a trajetória de aprendizagem e os possíveis insucessos no percurso escolar do sujeito negro. Essas mentalidades enraizadas na sociedade, e sócio historicamente construídas, não compreendem como o racismo afeta a vida dos sujeitos, acarretando baixa autoestima e na negação de si. Muitas vezes, a própria educação coloca o racismo como um problema do negro, mantendo o silêncio e se eximindo da responsabilidade de trabalhar as relações étnico-raciais na escola.

Dias (2012), ao realizar entrevistas com docentes da cidade de Campinas, em São Paulo, teve acesso a cursos sobre as relações étnico raciais no ensino infantil. Seus dados confirmam os desafios da implantação de práticas antirracistas com projetos e atividades em relação aos demais colegas de trabalho e gestores, que desmotivaram as suas iniciativas ou desacreditaram do projeto das docentes. Aparentemente, ao haver a quebra do silêncio perante essas práticas, os funcionários da instituição escolar são expostos a um problema que não querem lidar e/ou

estão inaptos para lidar, no sentido de que é melhor preservar a inexistência do problema. Nesse sentido, é trazido alguns exemplos que confirmam essas práticas a partir do estudo de Cavalleiro:

O silêncio permanente das professoras a respeito das diferenças étnicas no espaço escolar, somado ao das crianças negras, parece conferir aos alunos brancos o direito de reproduzir seus comportamentos, pois não são criticados ou denunciados, podendo utilizar essa estratégia como trunfo em qualquer situação de conflito (Cavalleiro, 2000, p. 54).

O silêncio é utilizado como estratégia para evitar o conflito étnico-racial, de modo que quando as vítimas silenciam, ou não reportam ao professor, são parabenizadas pelo bom comportamento, em não revidar tais práticas que lhe são cometidas. No entanto, do outro lado, as crianças brancas alimentam o sentimento de superioridade e normalidade perante as práticas racistas ao não terem suas práticas confrontadas. Os professores e professoras ao também não serem confrontadas, consideram suas práticas educativas como resolução e não como parte fundamental do problema.

3 Possibilidades pedagógicas: a formação docente na prática antirracista desde a educação infantil

Reconhecer o problema tanto formativo quanto pedagógico presente nos materiais didáticos e na prática cotidiana não solucionam a questão. As possibilidades pedagógicas antirracistas permitem que os educadores reconheçam e combatam o preconceito no ambiente escolar, proporcionando às crianças um espaço seguro para expressar suas experiências e aprender sobre a diversidade cultural do mundo em que vivem. Ao construir uma base sólida de valores antirracistas desde a educação infantil, lança-se bases para uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa, na qual a diversidade seja respeitada e a discriminação combatida ativamente. Por isso,

Propõe-se que o professor perceba as diferentes culturas e crie estratégias de ensino capazes de trabalhar sobre essas diversidades, mas em uma perspectiva de um olhar criterioso que promova construção de conhecimentos e habilidades, bem como construção de identidade e cidadania, em um processo de educação que privilegia o respeito à diferença étnico-racial (Silva; Costa, 2019, p. 205).

Alguns estudos já trazem práticas que podem ser exercitadas para o contexto da educação infantil e a ação docente no que diz respeito às relações étnico-raciais. Segundo Martins e Marinho (2016), um dos pilares para a mudança nas relações étnico-raciais no ambiente escolar é a formação continuada dos professores. Os autores explicam como o impacto

de cursos sobre o tema nas práticas educativas da educação infantil modificou a sala de aula ao terem contato com instrumentos auxiliares na percepção das atitudes de discriminação que ocorriam, de forma que poderiam lidar mais adequadamente com o problema. Ademais, o contato com as consequências biopsicossociais do racismo na vida das crianças durante os cursos de formação continuada fez com que os docentes se tornassem menos tolerantes com qualquer tipo de preconceito. Nesse sentido, é trazida a importância desses cursos para as possibilidades de ensino das relações étnico raciais na educação infantil, pois

Os cursos de formação de professores para a educação infantil devem possibilitar que estes sejam capazes de desenvolver experiências de aprendizagem nas quais as crianças se apropriem dos conhecimentos culturais e científicos produzidos pelos vários grupos étnico-raciais, especialmente negros e indígenas. E isso por meio de experiências com filmes, danças, arte, música, teatro, entre outras linguagens que tragam os saberes científicos, as lutas e resistências desses povos (Dias, 2012, p. 668).

Os docentes precisam de oportunidades institucionais cujos espaços possam discutir e estudar o tema. Um espaço de diálogo entre educadores, no qual possam trocar experiências, compartilhar desafios e encontrar soluções mais adequadas para abordar a diversidade cultural e eliminar preconceitos em sala de aula. Os docentes podem criar esse espaço por meio de reuniões regulares, seminários, grupos de estudos ou mesmo plataformas virtuais para facilitar a comunicação entre si. Durante essas discussões, os professores podem compartilhar estratégias bem-sucedidas, materiais didáticos inclusivos, sugestões de livros e atividades para promover o respeito à diversidade étnica nas atividades cotidianas com as crianças. Igualmente, esse espaço permite atualização constante sobre temas relevantes, reflexão sobre práticas individuais e construção coletiva de um ambiente escolar acolhedor, em que a diversidade seja prioridade.

Dias (2012), a partir de entrevistas com docentes e suas práticas em torno das relações étnico-raciais na educação infantil, relata a importância do lúdico para a abordagem concreta dessa diversidade étnico-racial, pois não se trata de falar em termos complexos ou teóricos aos educando, mas apresentar o próprio patrimônio cultural brasileiro com referências da formação histórico-cultural afro-brasileira e indígena por meio de brincadeiras, contação de histórias e atividades artísticas representando diferentes culturas e raças. Com isso, as crianças são incentivadas a desenvolver empatia, respeito e curiosidade sobre as diferenças, promovendo uma identidade positiva e uma valorização da diversidade étnica. A capacidade da brincadeira de criar um ambiente de aprendizado acolhedor e estimulante, no qual as crianças possam se expressar livremente, compartilhar sua herança, aprender sobre a riqueza das culturas de seus pares, contribui para a formação de cidadãos conscientes e tolerantes à pluridiversidade.

Outro ponto a ser destacado é o princípio da diferença como um valor positivo. Esse princípio vai na contramão do estabelecimento de hierarquias e de identidades segregadoras, pois constrói a concepção de que as diferenças partem de experiências singulares e coletivas, que possibilitam a coexistência e relação com o outro, de forma respeitosa e plural. É preciso tomar a diferença como constituinte do processo educativo, em uma alteridade de nós com os outros. É necessário reconhecer, como ponto de partida e produtos da diferença, que o outro também está em mim e constitui-me.

Para os autores Silva e Santos (2022), a inclusão da educação das relações étnico-raciais no currículo do curso de pedagogia favorecem os componentes presentes nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento infantil, como conviver, participar, brincar, explorar e se expressar, porque ao considerar as especificidades da criança negra, mas não só dela, da diversidade dos sujeitos presentes na sociedade, o docente pensa o cuidar e o educar com foco educativo na diversidade, o que reestrutura e repensa a organização do espaço físico, da rotina e da seleção do material pedagógico, como a literatura infantil.

Outra frente de ação importante é o papel do núcleo gestor na condução das políticas antirracistas no ambiente escolar. Para Nunes, Santana e Franco (2021), os gestores, no trabalho de articulação e parceria com a comunidade escolar, devem possibilitar a participação dos funcionários envolvidos com os processos educativos e envolvê-los na construção de projetos coletivos que positivem a diversidade étnico-racial, sob o qual todos se sintam incluídos, reconhecidos e respeitados. Essa iniciativa engaja a escola em um movimento que docente, discentes e demais funcionários propiciem um espaço de acolhimento e uma luta antirracista coletiva, para isso, é importante implementar políticas e práticas que incentivem a formação contínua dos docentes em temas relacionados à diversidade cultural, preconceito e discriminação. A gestão também pode garantir que o currículo e o projeto político pedagógico sejam enriquecidos com materiais didáticos inclusivos e representativos, refletindo a pluralidade étnica presente no contexto escolar. Além disso, é fundamental que a gestão esteja atenta a possíveis situações de discriminação e *bullying*, tomando medidas efetivas para combater qualquer forma de preconceito no ambiente escolar.

No que toca a formação em pedagogia, deve-se priorizar a construção de conhecimentos pautados na ética e na contribuição da redução das desigualdades educacionais, sociais e étnico-raciais presentes em todos os níveis da educação pública, desde a educação infantil, em todas as regiões brasileiras. Enquanto espaço de formação profissional, os cursos de pedagogia devem abordar a temática da educação das relações étnico-raciais como parte estruturante das suas propostas pedagógicas, curriculares e das ações que realizam, tendo, portanto, compromisso

com a superação do racismo e qualquer forma de discriminação. Meira e Silva (2021) também salientam a necessidade da descolonização do currículo, nos diferentes níveis educacionais no país, pois para conquistar mudanças que superem a concepção eurocêntrica e proponha um diálogo intercultural, faz-se necessárias mudanças no currículo do curso de pedagogia.

O compromisso educativo e ético assumido pelo professor é de indispensável importância, pois evidencia sua relevante contribuição no processo de formação da identidade e autonomia dos educandos. Nesse papel de mediador, o professor cria um ambiente propício para que seus alunos, ao longo de sua jornada de aprendizagem, descubram e reavaliem seus sentimentos, valores e papéis sociais. Além disso, esse compromisso implica que o docente, mesmo que não tenha tido contato prévio com a história africana e afro-brasileira durante sua formação inicial, busque oportunidades de aprimoramento por meio de cursos formativos ou sugira a temática ao coordenador pedagógico durante os treinamentos escolares.

Ao abordar com sensibilidade a demanda por reconhecimento e valorização por parte dos alunos negros, o professor adquire uma compreensão mais profunda dos preconceitos presentes em sua própria postura e linguagem. Esse autoquestionamento leva a mudanças significativas em sua prática pedagógica, permitindo-lhe efetivamente combater o racismo e a discriminação dentro da sala de aula. Dessa forma, o professor desempenha um papel essencial ao proporcionar um ambiente inclusivo, que promova o respeito à diversidade étnico-racial, e empodera os alunos negros para que se sintam valorizados e representados no contexto escolar. Essa atuação consciente e comprometida contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a educação se torna uma poderosa ferramenta para o enfrentamento das desigualdades raciais e o cultivo da cidadania plena.

3 Considerações finais

As relações étnico-raciais desempenham um papel vital na formação de professores e nos programas de pedagogia da educação infantil. Os futuros educadores devem ser treinados para abordar de forma consciente e inclusiva a diversidade étnica na sala de aula. Compreender a importância de valorizar a cultura e a história dos diferentes grupos raciais pode promover uma educação mais holística e equitativa que respeite e reconheça a identidade de cada criança. Dessa forma, os professores estarão preparados para criar ambientes acolhedores, no qual todos os alunos se sintam representados e respeitados, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A inclusão das relações raciais nos cursos de pedagogia é fundamental para a formação de profissionais comprometidos com a educação antirracista. Compreender a diversidade cultural e a história racial fornece aos futuros educadores as ferramentas para identificar e remover preconceitos e estereótipos das práticas sociais e educacionais. Ademais, ao enfatizar a importância de valorizar as culturas e tradições de diversos grupos raciais, o currículo de pedagogia fortalece a capacidade dos professores de criar espaços educacionais inclusivos e respeitosos, onde cada criança tenha um sentimento de pertencimento e possa desenvolver plenamente o seu potencial, independentemente de sua origem étnica.

Ao abordar e refletir sobre a diversidade étnico-racial na escola, reconhece-se o passado escravista, a perpetuação de desigualdades e estigmas, além da necessidade de rever nossa práxis. Essa reflexão nos ajuda a compreender também as relações entre negros e brancos no mundo atual, o que faz pensar em práticas pedagógicas e institucionais de superação dos preconceitos e da discriminação. A educação para as relações étnico-raciais na educação infantil, apesar de contar com desafios com a postura do corpo docente, com os componentes curriculares e a gestão escolar, que ainda estão permeados por pedagogias monoculturais e eurocêntricas, é uma maneira de garantir o direito à educação de qualidade para todos e fomento a práticas antirracistas.

Nesse sentido, cabe retomar que as crianças percebem as diferenças raciais a partir de suas experiências e vivências cotidianas, dos programas televisivos, das pessoas ao seu redor, contudo, quando entram em contato com o lúdico, com práticas pedagógicas e ações concretas que valorizam a presença da população negra, os discentes emergem em um ambiente que reconhece a diversidade como princípio, bem como alteram a sociedade que estão inseridos e os indivíduos com que se relacionam. Essa postura por si só incita discussões que problematizam o lugar de referência da branquitude e as representações que as crianças têm sobre a população negra, assim, criam-se estratégias que modificam a prática docente e a nossa sociedade. Quando se coloca em reflexão nossa práxis em torno das questões étnico-raciais na educação infantil, avalia-se a necessidade de investimento na formação docente, na aquisição de materiais, livros e suportes pedagógicos acerca da temática, a fim da construção de uma política pública de combate ao racismo em âmbito regional e nacional.

A educação infantil deve se fundamentar nos princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, diante e dentro do contexto das diferentes culturas, identidades e singularidades. É dentro dessa etapa da educação que também se trabalha os princípios políticos, isto é, da cidadania e do exercício da criticidade, bem como os princípios estéticos, perante a sensibilidade, a criatividade e a ludicidade, na

construção de uma educação infantil que promova a igualdade racial. Por fim, objetiva-se com esse artigo promover uma reflexão contínua sobre as práticas docentes e suas consequências significativas na formação biopsicossocial dos alunos e alunas, bem como seu impacto na construção de uma sociedade verdadeiramente antirracista.

Referências

ALVES, N. N. L.; BARBOSA, I. G.; RIBEIRO, N. S. B. Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil em Documentos Nacionais. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 11, n. 22, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20500/rce.v11i22.2969>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2969>. Acesso em: 18 ago. 2024.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, L. R. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, p. 661-674, dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000300010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Szxr7Z3zVNnzYxWGhWYqFbj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

MARTINS, E.; MARINHO, C. H. Educação infantil e relações étnico-raciais: impactos da formação docente nas práticas educativas. **Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, n. 34, p. 42-63, 2016. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/1329>. Acesso em: 18 set. 2024.

MEIRA, F. P.; SILVA, S. A. A inserção da Educação das Relações Étnico-raciais na formação do pedagogo: algumas reflexões sob a perspectiva de uma proposta de formação. **E-hum**, v. 14, p. 54-63, 2021. DOI: <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v14i1.3302>. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/3302>. Acesso em: 18 set. 2024.

NUNES, C.; SANTANA, J.; FRANCO, N. Epistemologias negras e educação: relações étnico-raciais na formação do(a) pedagogo(a). **Roteiro**, v. 46, e26314, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v46i.26314>. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/26314>. Acesso em: 18 set. 2024.

SILVA, A. P.; COSTA, E. M. O currículo escolar e as relações étnico-raciais: entre desafios e perspectivas na educação infantil. **Revista Exitus**, v. 9, n. 5, p. 190-214, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n5id1105>. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/pdf/exitus/v9n5/2237-9460-exitus-9-05-190.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

SILVA, T. R.; SANTOS, E. M. A educação étnico-racial na educação infantil: Reflexões sobre a prática de professores. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, p. 870-884, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v17iesp.1.15859>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15859>. Acesso em: 18 set. 2024.

SOUZA, M. L. A. “LÁ NA ESCOLA (NÍO) TEM RACISMO!”: reflexões sobre experiências formativas em educação para as relações étnico-raciais. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 3, n. 8, 2020. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/978>. Acesso em: 18 set. 2024.